

DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS APROVADOS

8º Encontro Técnico sobre Fiscalização de Concessões e PPPs pelos Tribunais de Contas

O **Grupo de Trabalho para a Organização Técnica (GT-T¹)**, no âmbito do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas (CT-PPP) do Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em observância ao disposto no Edital de Convocação para Submissão de Trabalhos (publicado em 30 de junho de 2026), **vem:**

1. Divulgar a relação dos **14 (quatorze) trabalhos aprovados** para apresentação oral no evento, conforme detalhado no **Anexo Único**.
2. Informar que foram recebidos resumos de **17 (dezesete) trabalhos** submetidos por servidores dos Tribunais de Contas de todo o país.
3. Ratificar que o processo seletivo ocorreu sob o rigoroso regime de **dupla revisão cega (double blind review)**, preservando o anonimato dos autores.

Cada resumo foi avaliado de forma independente por 2 (dois) pareceristas da Comissão de Avaliação, garantindo-se que nenhum avaliador apreciasse trabalhos oriundos do seu próprio Tribunal de Contas de origem (itens 5.1 e 5.2 do Edital). Casos de divergência foram decididos pelo voto de desempate de um 3º avaliador (item 5.5 do Edital).

4. Esclarecer que a seleção considerou a pontuação dos trabalhos frente aos 5 (cinco) critérios técnicos estabelecidos no **item 5.3 do Edital**:

i. Aderência Temática e Clareza do Problema: Alinhamento direto às temáticas de concessões, PPPs ou desestatizações, com delimitação precisa do objeto analisado e do desafio prático enfrentado pelo Tribunal.

ii. Ineditismo e Originalidade: Grau de novidade da abordagem, da metodologia de controle aplicada ou do caso prático estudado, evitando a mera repetição de temas já debatidos.

iii. Resultados Alcançados e Impacto: Demonstração obrigatória de achados relevantes, benefícios financeiros/sociais, melhorias contratuais ou correções de irregularidades decorrentes da atuação do controle externo.

iv. Potencial de Replicabilidade: Viabilidade e utilidade de o método, modelo de análise ou lição aprendida ser adaptado e aplicado por outros Tribunais de Contas.

v. Qualidade Textual e Capacidade de Síntese: Uso correto da linguagem técnica, encadeamento lógico, clareza e estrita observância ao limite de caracteres por seção do formulário.

¹ Cinthia Thomazi coordenadora (TCDF); Adolfo Sá (TCE-PE); Celso Bernardes Silva (TCU); Daniel Silva (TCM-BA); Dieisson Castro (TCE-RJ); Edirley Oliveira (TCE-AM); Eduardo Lenhen (TCE-RS); Fernando Duca (TCE-MG); Fernando Rolim (TCE-PE); Marcelo Silveira (TCE-RJ); Marcelo Bálbio (TCDF); Marcos André (TCE-BA); Ney Argolo (TCE-SP); Renan Silva (TCDF) e Roberto Tadeu (TCE-RS).

5. Orientar sobre as Apresentações (Item 6 do Edital):

5.1. Datas das Apresentações: Os trabalhos selecionados serão apresentados no âmbito da **Programação Fechada do evento**, restrita a servidores dos Tribunais de Contas, a ser realizada nos dias **16 e 17 de setembro de 2026**, no Auditório do TCU (Ed. Sede), em Brasília (DF).

5.2. Cronograma Detalhado (Item 6.2 do Edital): A data e o horário específicos da exposição de cada trabalho serão informados aos autores logo após a consolidação final da grade de programação do evento, respeitando-se a **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** em relação ao início do 8º Encontro.

5.3. Duração e Formato (Item 6.3 do Edital): Cada exposição oral deverá respeitar a duração estrita de **15 (quinze) a 20 (vinte) minutos**, independentemente do número de autores/coautores, sendo previstos minutos adicionais para debates com a plenária.

5.4. Logística e Custos (Item 6.4 do Edital): Os custos com deslocamento para Brasília (DF) — incluindo passagens, hospedagem, alimentação e demais despesas — serão de responsabilidade exclusiva de cada participante e/ou de seu Tribunal de Contas de origem.

6. Agradecer a todos os autores que submeteram resumos. Os autores selecionados ficam desde já responsáveis por acompanhar as futuras orientações.
7. Eventuais solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas à coordenação do GT-T pelo e-mail **ctppp@irb.org.br** até o dia **10 de agosto de 2026**.
8. Havendo desistência de algum autor selecionado, caberá ao **GT-T** deliberar sobre a oportunidade de convocação de trabalho remanescente. Os casos omissos serão submetidos ao GT-T e, se necessário, ao CT-PPP.

Brasília (DF), 05 de agosto de 2026.

Cinthia Thomazi

Coordenadora do GT-T e Integrante do CT-PPP/IRB

Auditora de Controle Externo TCDF

ANEXO ÚNICO – TRABALHOS APROVADOS

	Autores	TC de origem	Tema do Trabalho
1	Alexandre Marcos Otoni; Fernando Marques Vasconcelos Garcia	TCE-SP	Fiscalização de Reequilíbrios em Concessões Rodoviárias Pós-Pandemia: Uma Análise Crítica dos Modelos e Metodologias.
2	Cinthia Thomazi	TCDF	Alerta PPP: Sistema de Controle Concomitante para a Fiscalização Preventiva de Marcos Contratuais Críticos.
3	Daniel Gomes de Oliveira	TCDF	Além dos Muros do Hospital: A Fiscalização de PPPs na Saúde sob a Ótica da Rede de Atenção e do Desempenho Sistêmico.
4	Diego Mota Dourado	TCM-PA	Controle Concomitante em PPPs de Iluminação Pública: A Experiência de uma Fiscalização Preventiva e seus Ganhos para a Sociedade.
5	Dieisson De Castro Silva	TCE-RJ	Reequilíbrio ou Transferência de Risco? A Atuação do Controle Externo na Análise da Vantajosidade da Prorrogação de Concessões Rodoviárias.
6	Eduardo Zaiats	TCE-RS	Auditoria da Tarifa Zero: O Desafio do Equilíbrio Econômico-Financeiro em Concessões de Transporte Público.
7	Emílio Borges e Silva	TCE-PR	Fiscalização da Modelagem de Concessão com Eletrificação da Frota: A Atuação Preventiva do Controle Externo para Garantir a Sustentabilidade e a Competitividade.
8	Felipe Monteiro de Carvalho; Victor Correia de Oliveira Pereira	TCE-PE	Auditoria Preventiva em Concessões de Saneamento: Análise da Modelagem e Impacto no Interesse Público.
9	Fernando Marques Vasconcelos Garcia e Alexandre Marcos Otoni	TCE-SP	Evasão em Pedágios Free Flow: Desafios de Implantação e a Criação de um Indicador de Inadimplência para o Controle Externo.
10	Gustavo Silva Gusmão dos Santos	TCE-RJ	O Tribunal de Contas como Interveniente-Anuente: Um Estudo de Caso sobre o Uso de Instrumentos Consensuais para a Retomada de Obras Paralisadas.
11	Maira Luz Galdino	TCE-SC	Análise de Vantajosidade na Prorrogação de Concessões: O Caso da Gestão de Resíduos Sólidos.
12	Mariana Santos Coutinho da Silva	TCM-BA	Técnica e Preço em PPPs de Resíduos Sólidos: Diretrizes para o Controle Externo da Motivação e Objetividade dos Critérios de Julgamento.
13	Patricia Padrenosso; Ney Faria Argolo Junior; Alexandre Marcos Otoni	TCE-SP	O Custo Financeiro da Morosidade: Análise do Impacto do Passivo Regulatório no Equilíbrio de Concessões Rodoviárias.
14	Raissa Alecrim Ferreira	TCE-GO	Mesas Técnicas em PPPs de Saneamento: Uma Metodologia de Fiscalização Dialógica e Preventiva para Projetos de Alta Complexidade.